

O papel dos dados na competição global

Inês Gil

A era digital e a disseminação das tecnologias da informação têm moldado profundamente a forma como as nações interagem e competem no cenário global. Nesse contexto, os dados têm emergido como um recurso estratégico de alto valor, desempenhando um papel central nas Relações Internacionais. Pretende-se, neste artigo, analisar a geopolítica dos dados, abordando questões como a soberania dos dados, a ciberespionagem, a interligação entre os pilares da segurança da informação e a proteção dos dados pessoais.

A crescente digitalização da sociedade global trouxe consigo um aumento exponencial na quantidade de dados pessoais recolhidos e processados tanto por governos como por empresas. Esses dados incluem informações sensíveis sobre os indivíduos, como por exemplo nomes, endereços, históricos médicos e detalhes financeiros. A preocupação com a proteção desses dados pessoais tem sido uma prioridade tanto para governos quanto para a sociedade civil. Pelo mapa apresentado, podemos observar que ainda há um longo caminho a ser percorrido. No mundo todo, os governos têm implementado legislações para garantir a privacidade e a segurança dos dados dos seus cidadãos.

Um dos exemplos mais notáveis é o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)¹ da União Europeia, que entrou em vigor em maio de 2018 e que tem servido como modelo para

muitos outros países. Iniciativas como esta refletem a importância de uma abordagem coordenada e global para a proteção dos dados pessoais. A interconexão dos dados pessoais e a natureza transfronteiriça da internet exigem normas e regulamentações globais que possam equilibrar a necessidade de proteger a privacidade com a facilitação do fluxo de informações para fins legítimos, como o comércio internacional e a cooperação.

A soberania dos dados

A soberania dos dados refere-se ao direito de um Estado exercer controle sobre os dados gerados e armazenados no seu território. Os Estados enfrentam desafios para manter o controle sobre os dados que cruzam as suas fronteiras e as empresas de tecnologia, muitas vezes, operam em vários países, recolhendo dados de utilizadores do mundo todo. Consequentemente, tudo isto levanta questões sobre quem é que realmente detém a soberania sobre esses dados.

O aumento exponencial no número de utilizadores de internet a nível global têm implicações significativas na proteção dos dados pessoais. O gráfico apresentado demonstra o crescimento do número de utilizadores de internet de 2005 a 2022, e por sua vez, desempenha um papel fundamental ao ilustrar esta tendência.

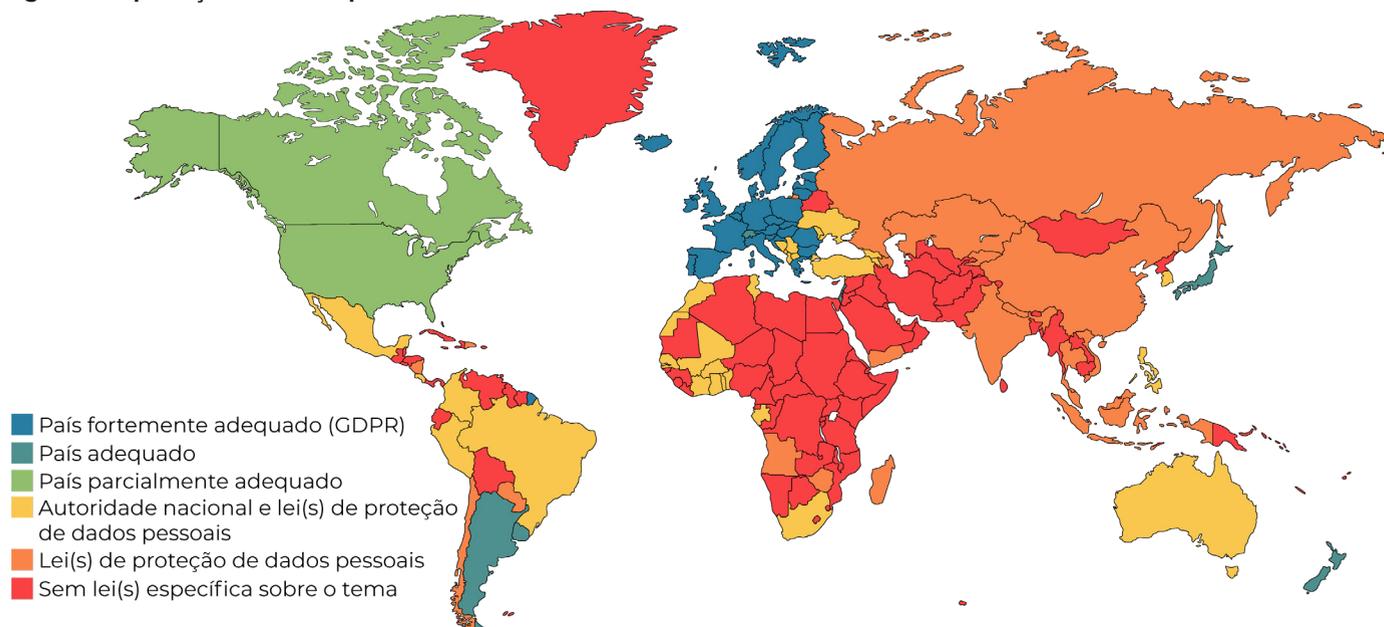
A expansão do número de utilizadores de internet de 2005 a 2022 reflete

a transformação radical da sociedade global em direção a uma dependência cada vez maior da internet. A soberania dos dados, num contexto em que os dados atravessam fronteiras, tornou-se uma questão complexa e crucial. Para enfrentar esses desafios e garantir a proteção da privacidade num mundo digital em constante evolução, é imperativo que se estabeleçam normas globais eficazes que equilibrem a inovação e a segurança da informação.

“Os Estados estão constantemente envolvidos em atividades de recolha de informações sensíveis de outros países através de operações digitais(...)”

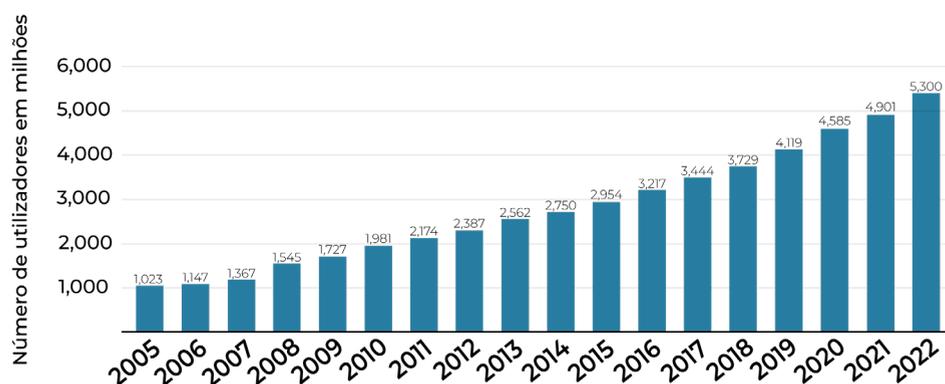
Esta imagem traduz a quantidade de dados que são produzidos a cada minuto na internet, um fenómeno que não pode ser subestimado devido à sua importância. A proteção da privacidade dos cidadãos é uma prioridade crescente num mundo onde os dados são gerados a uma escala sem precedentes. Nesse contexto, é imperativo que as medidas de proteção de dados evoluam para enfrentar os desafios apresentados pela expansão do big data e de forma a garantir que tanto a privacidade como a segurança dos indivíduos são preservadas no mundo digital em constante mutação.

Figura 1 - A proteção de dados pessoais no mundo



Fonte: Serpro

Figura 2 - Número de utilizadores da internet no mundo todo de 2005 a 2022 (em milhões)



Fonte: Statista

Ciberespionagem e conflitos digitais

A ciberespionagem é uma das manifestações mais visíveis da geopolítica dos dados. Os Estados estão constantemente envolvidos em atividades de recolha de informações sensíveis de outros países através de operações digitais. Essas atividades incluem exemplos como a infiltração em redes de

computadores, a intercetção de comunicações e a recolha de dados de inteligência.

Os casos notórios de ciberataques, como a interferência russa nas eleições dos Estados Unidos em 2016, destacam os riscos associados à cibersegurança e à ciberespionagem. Esses incidentes desencadearam respostas diplomáticas e económicas, eviden-

ciando como os conflitos digitais podem ter repercussões nas Relações Internacionais.

A interligação entre os pilares da segurança da informação e a proteção de dados pessoais

A proteção dos dados pessoais tornou-se uma preocupação central em todo

o mundo, à medida que a sociedade digital se expande e as ameaças à privacidade aumentam. Os pilares da segurança da informação são essenciais para a proteção dos dados pessoais. A confidencialidade assegura que apenas as pessoas autorizadas têm acesso aos dados; a integridade previne alterações não autorizadas; e a disponibilidade garante o acesso quando necessário. Além disso, a autenticidade e o não repúdio garantem a identificação das partes e a sua responsabilidade em transações que envolvam dados pessoais. Estes pilares são fundamentais para cumprir regulamentações de privacidade, como o RGPD da União Europeia.

O papel das empresas na geopolítica dos dados

Além dos Estados, as empresas desempenham um papel fundamental na geopolítica dos dados. Com a expansão das operações digitais e o crescimento exponencial da recolha de informações, as corporações multinacionais tornaram-se atores significativos. A geopolítica dos dados é um campo dinâmico e em constante evolução, que exige uma análise contínua e aprofundada para se compreender plenamente as suas dinâmicas complexas. Um dos aspetos cruciais deste cenário em evolução é a interação entre Estados e empresas, que desempenha um papel central na determinação dos rumos da geopolítica dos dados.

Empresas de tecnologia, como a Google, o Facebook, a Amazon e a Micro-

soft, por exemplo, têm uma presença global massiva e recolhem uma quantidade colossal de dados de utilizadores no mundo todo. Esses dados incluem informações pessoais, preferências de consumo, histórico de navegação, entre muitos outros aspetos. A capacidade que essas empresas têm de recolher e analisar dados em grande escala confere-lhes um poder tremendamente considerável no cenário internacional.

Os interesses dessas empresas muitas vezes entram em conflito com as políticas e regulamentações de diversos países. A proteção dos dados pessoais, por exemplo, é uma das questões em que frequentemente as empresas es-

tão em desacordo com os governos que procuram garantir a privacidade dos seus cidadãos. Esse conflito de interesses pode levar a litígios e tensões nas Relações Internacionais.

Para além disto, empresas de tecnologia não são apenas gigantes económicos, também têm uma influência política significativa. A capacidade de moldarem a opinião pública através de algoritmos de recomendação e o papel que têm em termos de disseminação de informações têm implicações políticas globais. A forma como essas empresas respondem a pressões dos governos e a desafios regulamentares pode também afetar significativamente as Relações Internacionais.

Figura 3 - Quantidade de dados criados por minuto



Fonte: Sopra Steria

Conseqüentemente, as empresas de tecnologia estão cada vez mais envolvidas em iniciativas diplomáticas e em negociações internacionais relacionadas à governação da internet e à proteção de dados. Participam em fóruns globais e em grupos de trabalho, influenciam a criação de normas e regulamentações que afetam diretamente a geopolítica dos dados.

“(...)as empresas de tecnologia estão cada vez mais envolvidas em iniciativas diplomáticas e em negociações internacionais relacionadas à governação da internet e à proteção de dados(...)”

Considerações finais

À medida que os dados se tornam um ativo estratégico cada vez mais valioso nas Relações Internacionais, é essencial reconhecer-se a recolha massiva de dados realizada por empresas multinacionais. Muitas vezes, operam em várias jurisdições, e recolhem informações de milhões de utilizadores em todo o mundo, conforme foi referido. Esta abundância de dados confere a essas empresas um poder económico e político significativo, tornando-as atores fundamentais na geopolítica dos dados.

No entanto, essa influência também está relacionada com conflitos de in-

teresses e questões complexas relacionadas à privacidade, à segurança digital e à soberania de dados. À medida que Estados e empresas procuram alcançar os seus próprios objetivos, a diplomacia corporativa desempenha um papel cada vez mais proeminente na definição das políticas e regulamentações relacionadas à proteção dos dados.

À medida que avançamos, é imperativo acompanhar de perto estas dinâmicas em evolução para se garantir que os Estados e as organizações estão preparados para enfrentar os desafios e oportunidades que a geopolítica dos dados continua a apresentar. A colaboração entre Estados e empresas, juntamente com uma análise crítica e informada, será fundamental para moldar o futuro da governação dos dados a nível internacional.

Referências

¹ Parliament, E. (2018). General Data Protection Regulation. Obtido de <https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2016/679/oj>

Outras Referências e Notas

Parliament, E. (2018). General Data Protection Regulation. Obtido de <https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2016/679/oj>

Serpro. (n.d.). Mapa da Proteção de Dados. Obtido de <https://www.serpro.gov.br/lqpd/menu/a-lqpd/mapa-da-protecao-de-dados-pessoais>

Statista. (n.d.). Number of internet users worldwide from 2005 to 2022. Obtido de <https://www.statista.com/statistics/273018/number-of-internet-users-worldwide/>

Steria, S. (2022). Data - a strategic asset. Obtido de <https://www.soprasteria.co.uk/insights/blogs/details/data---a-strategic-asset>